

AVALIAÇÃO DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA NACIONAL SOBRE O REUNI

THE NATIONAL SCIENTIFIC PRODUCTION ABOUT REUNI

Camila Henriques de PAULA
Universidade Federal de Viçosa.
camila.paula@ufv.br

Débora Gonzaga MARTIN
Universidade Federal de Viçosa.
debgonzaga@hotmail.com

Luiz Antônio ABRANTES
Universidade Federal de Viçosa.
abrantes@ufv.br

Recebido em 02/2021 – Aprovado em 08/2021

Resumo

O trabalho analisa como a expansão da educação superior promovida pelo Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni) tem sido abordada na produção científica nacional. Pretende-se contribuir com as discussões do estado da arte desde o início das publicações sobre o tema, em fevereiro de 2008 até abril de 2019. A análise é importante e oportuna por tratar-se de uma política pública findada em 2012, cujos reflexos permanecem nas universidades e municípios. As unidades de análise consistiram nos artigos publicados nas bases Capes e Scielo. Observa-se que a avaliação do programa, após sua conclusão, tem despertado o interesse de pesquisadores da área ao retomá-lo em sua agenda de pesquisa. Além da incipiência na análise das externalidades causadas pelo Reuni nos municípios contemplados com as universidades ou campus, por ser um assunto ainda pouco explorado na literatura e profícuo para pesquisas futuras.

Palavras-chave: Reuni. Educação Superior. Instituições de Ensino Superior.

Abstract

The work analyzes how the expansion of higher education promoted by the Program to Support Federal University Restructuring and Expansion Plans (Reuni) has been addressed in national scientific production. It is intended to contribute

to the discussions of the state of the art from the beginning of publications on the subject, in February 2008 until April 2019. The analysis is important and timely because it is a public policy ended in 2012, whose reflexes remain in universities and municipalities. The units of analysis were articles published in the Capes and

Scielo databases. It is observed that the evaluation of the program, after its conclusion, has aroused the interest of researchers in the area when resuming it in their research agenda. In addition to the incipience in the analysis of the externalities caused by Reuni in the municipalities contemplated with the universities or campuses, as it is a subject still little explored in the literature and useful for future research.

Keywords: Reuni. College education. Higher education institutions.

INTRODUÇÃO

A educação é direito de todos e dever do Estado e da família fornecê-la (BRASIL, 1988). Após 1990, as universidades sofreram um período de contingenciamentos e redução do financiamento, que refletiu em seu corpo docente e técnico face à ausência de reposição de vagas de aposentadorias ou de exoneração de servidores. Além de infraestruturas defasadas e poucas matrículas de jovens, de 18 a 24 anos, nas Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), os seus espaços físicos eram ociosos no período noturno, concentrados em grandes centros urbanos e com altos índices de evasão na graduação.

O acesso à educação superior tornou-se pauta de reivindicação das organizações civis e apontada como um processo de exclusão social. Com isso, o governo federal formulou uma política nacional para expandir e criar novos campi no interior do país de modo a alcançar pelo menos 30% dos jovens de 18 a 24 anos (BRASIL, 2012).

O Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), legitimado pelo Decreto nº 6.096 de 24 de abril de 2007, visou expandir as vagas no ensino superior, reduzir a evasão na graduação, otimizar

a estrutura física e os recursos humanos, ampliar as políticas de inclusão e assistência estudantil (BRASIL, 2007).

O Reuni promoveu a reestruturação e expansão de universidades e campi em diversas unidades da federação. No entanto, a liberação dos recursos financeiros e a contratação de pessoal dependeram do alcance das metas pactuadas com o Ministério da Educação (MEC).

O descompasso entre a ampliação de vagas e disponibilidade de recursos materiais, operacionais e humanos ocasionou o imprevisto da estrutura em algumas IFES, que adaptaram suas instalações convertendo-as em salas de aula para receber os novos alunos a partir de 2007, pois os recursos financeiros do Reuni foram liberados em 2008. Destarte, os novos ingressantes conviveram com laboratórios de pesquisa, bibliotecas e outros setores precários mediante a falta de recursos nesse primeiro momento (LUGÃO et. al., 2015). A política de expansão do Reuni foi acelerada e sem um plano de prioridades, o governo previu a criação de instituições em locais de baixa demanda e os alunos ingressaram antes da construção dos edifícios e adequação das instalações.

Nesse contexto, este estudo se propõe a responder ao seguinte questionamento: Como a expansão da educação superior promovida pelo Reuni tem sido abordada pela produção científica nacional?

Assim, o trabalho visa contribuir com as discussões do estado da arte acerca do Reuni desde o início das publicações sobre o tema, em fevereiro de 2008 até abril de 2019, buscando explanar os debates empreendidos na literatura científica sobre o programa. A análise é importante e oportuna por tratar-se de uma política pública findada em 2012, cujos problemas

e consequências ainda permanecem em muitas IFES e municípios.

Além de identificar na literatura os trabalhos que abordaram e analisaram as externalidades causadas pela implementação do Reuni no âmbito interno (universidades) e externo (municípios), bem como as limitações desse processo de expansão consoante ao sugerido e constatado nos estudos de Castro et al. (2019).

Findada esta seção introdutória, o presente estudo apresenta na seção 2 a Revisão de Literatura, que contempla a expansão da educação superior brasileira e as externalidades da expansão das universidades federais; na Seção 3 têm-se os Procedimentos Metodológicos; posteriormente, na Seção 4 apresentam-se os Resultados, que abrangem as unidades de análise e o estado da arte sobre o Reuni; e na Seção 5 têm-se as Considerações Finais; e as Referências Bibliográficas.

REVISÃO DE LITERATURA

A expansão da educação superior brasileira

A expansão da educação superior brasileira ocorreu em três etapas: entre 1998 e 2002, com a ampliação de vagas e cursos nas universidades federais; de 2003 a 2006, a implementação do Programa Expansão Fase I, que criou novas universidades federais em regiões de fronteira e no interior do país; e em 2007, o Reuni visou ampliar o acesso ao otimizar e aproveitar as estruturas físicas e recursos humanos das IFES.

A Expansão Fase I somou 77.279 novas vagas na rede de ensino superior. Já o Reuni aumentou 65.306 novas vagas nas IFES, em 2010, sendo que a opção de cursos evoluiu de 2.190 para 3.225, entre 2006 e 2010, principalmente com a ampliação dos cursos noturnos (645 para 1.129) (SILVA et al., 2011).

Entre 2003 e 2010, o número de universidades federais passou de 45 para 59 e de 148 campi para 274 campi/unidades. Em 2014, foram criadas mais 47 unidades e totalizaram 321 campi no Brasil. Em 2019, contabilizou-se 63 IFES cujos campi encontram-se espalhados em 275 municípios com o intuito de interiorizar a educação superior, assegurar a expansão, desenvolver as regiões e diminuir as assimetrias existentes (BRASIL, 2012).

Deste modo, a política de expansão contemplou vários municípios com a instalação de novos campi vinculados às antigas ou recém-criadas IFES. O Reuni influenciou tanto os municípios que receberam os campi ou sedes, quanto os vizinhos em razão do efeito de transbordamento (spillover) sobre a distância entre tais (NIQUITO et al., 2018).

Nesse sentido, as dimensões alcançadas pela expansão da rede federal de ensino superior foram: (a) social, por atender os Territórios da Cidadania e os municípios populosos com baixa renda per capita; (b) geográfica, pois priorizou os municípios do interior com mais de 50 mil habitantes ou de microrregiões não atendidas por escolas federais localizados em estados com a oferta de educação superior abaixo da média nacional; e (c) desenvolvimento, ao buscar municípios com Arranjos Produtivos Locais identificados e no entorno de grandes investimentos estruturantes (BRASIL, 2007).

A política de interiorização das IFES visou elevar a renda no interior e reduzir as desigualdades entre os estados e municípios por meio do desenvolvimento socioeconômico potencialmente gerado pela universidade. No entanto, a criação das universidades federais concentrou-se nas regiões Sul (cinco) e Sudeste (seis), embora muitas tenham surgido da transformação de instituições existentes, como cinco IFES em Minas Gerais. O Nordeste recebeu

quatro novas IFES no Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Bahia. No Norte inauguraram três e no Centro-Oeste, uma (NIQUITO et al., 2018).

As externalidades da expansão das universidades federais

A implantação de uma universidade pública no município interfere em sua dinâmica econômica, social e espacial. Contudo, a intensidade do efeito depende do porte ou tamanho da instituição de ensino, cursos ofertados, características econômicas e culturais da região de influência ou de origem.

Ferreira e Santos (2018) defendem a importância da mensuração desses efeitos na avaliação dos resultados da política pública implantada a fim de subsidiar a tomada de decisão quanto às novas ações do poder público. Para os autores, as IFES influenciam de várias formas o desenvolvimento econômico das regiões onde se instalam seja por impactos econômicos, contribuição para a formação de capital humano e produção de conhecimento.

Nesse contexto, observa-se a externalidade causada pela imperfeição do mercado, pois os agentes econômicos não recebem deste a sinalização correta dos custos ou benefícios de suas ações. Andrade (2004, p. 21) destaca que a intuição econômica para a ineficiência gerada pela externalidade positiva ocorre

quando os indivíduos de uma sociedade não sentem os benefícios totais de suas ações, eles não se engajam nessas atividades como desejado. Surge uma falha de mercado, cuja correção depende da intervenção do governo, ao beneficiar os agentes econômicos que geram externalidades positivas.

Com isso, as externalidades podem ser corrigidas com adoção do direito de propriedade, que busca

o equilíbrio competitivo e eficiente dos custos de transação (Teorema de Coase), apesar da dificuldade de alcance quando envolve um bem público; a internalização da externalidade, com cada um assumindo a responsabilidade de seus atos; e a intervenção governamental por meio de mecanismos baseados no mercado com o intuito de penalizar e desmotivar os agentes econômicos que realizam ações indesejadas em excesso (por exemplo, com a aplicação de multas, concessão de subsídios ou venda de direitos de poluição) e de regulamentação (não gera receita para o governo).

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O estado da arte é um instrumento de pesquisa que permite o estudo sobre um determinado tema por meio de um levantamento bibliográfico, analítico e crítico da produção acadêmica, considerando um intervalo de tempo específico (FERREIRA, 1999).

Neste estudo realizou-se uma pesquisa bibliográfica dos artigos científicos disponíveis das bases de dados eletrônicas da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e Scientific Electronic Library Online (SciELO), em língua portuguesa, usando a palavra-chave Reuni como termo de busca. Após a leitura de todos os títulos, resumos e partes do texto excluíram-se os trabalhos que, apesar de selecionados pelo sistema, não se referiam ao programa Reuni. Aliás, alguns remetiam às palavras “reúne”, “reunião” ou “reuniram-se”. Inclusive, desconsiderou-se os artigos que mencionaram o programa de forma isolada como um fato histórico e sem a discussão aprofundada.

O mapeamento realizado focou na produção científica acumulada sobre a política pública para expansão e reestruturação da educação superior

a partir dos desdobramentos do Reuni. Destarte, pretende-se alcançar indícios sobre “o já construído e produzido para depois buscar o que ainda não foi feito” (FERREIRA, 2002, p. 259).

Portanto, o trabalho caracteriza-se como um estudo descritivo e documental, com uma abordagem qualitativa que envolve uma análise dos artigos a partir do conhecimento prévio a fim de identificar as principais teorias para compreender os efeitos do Reuni.

APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Unidades de análise

A busca na base Scielo com o descritor “Reuni” resultou em 78 artigos, sendo 61 publicados no Brasil com destaque para as Revistas Avaliação (Campinas), Ensaio, Katálysis, Educação em Revista, Psicologia & Sociedade no período de 2012 a 2014. Ao adotar o descritor “Expansão educação superior”, encontrou-se 201 artigos, dos quais 168 publicados no Brasil nas Revistas Avaliação (Campinas), Educação & Sociedade e Ensaio em 2013, 2017 e 2018. Após a análise dos títulos, resumos e partes textuais, a amostra reduziu para 22 artigos que, de fato, referiam-se ao Reuni.

Por outro lado, a busca na base de periódicos da Capes com o descritor “Reuni” resultou em 4.766 artigos e com “Expansão educação superior” em 2.892, mas apenas 20 enquadraram ao objeto de estudo, após a exclusão dos duplicados. O auge das publicações ocorreu em 2014, 2015 e 2018, principalmente, nas Revistas Gestão Universitária na América Latina, Eventos Pedagógicos e Ensaio.

A coleta dos artigos abrangeu todo o período de formulação da política pública de expansão da educação superior, porém as publicações relacionadas ao Reuni iniciaram-se após o decreto federal promulgado em abril de 2007. As

publicações sobre esse tema fortaleceram-se após a finalização do programa em 2012, possivelmente pelo maior interesse científico em avaliar os resultados alcançados. No Quadro 1, resumiu-se os artigos encontrados sobre o Reuni.

As unidades de análise consistiram em 42 artigos publicados nas bases Capes e Scielo apresentadas no Quadro 1. Os trabalhos publicados no início do Reuni apresentam uma abordagem teórica e conceitual tendo a vertente empírica se destacado após sua finalização em 2012. Acredita-se que a comunidade científica tenha se interessado pelo tema e incluindo-o na agenda de pesquisas com o intuito de explorar e avaliar sob diversos enfoques ou correntes.

Para Sales et al. (2017, p. 12), a estabilidade na publicação de artigos sobre o Reuni nos periódicos das bases Capes, Spell e Anpad, entre 2011 e 2015, e o declínio em 2016, pode resultar de “um menor interesse pela análise dessa política pública educacional, em virtude da finalização do processo de implementação da política em 2012”. Pelo contrário, defende-se que a avaliação do programa após a conclusão tem despertado o interesse de pesquisadores da área a retomá-lo em sua agenda de pesquisas.

Além disso, observa-se uma incipiência na análise das externalidades causadas pelo Reuni nos municípios contemplados com as universidades ou campus. Os principais autores que permearam essa temática foram Araújo e Santos (2014), Andriola e Suliano (2015), Ferreira e Santos (2018) e Niquito et al. (2018). Portanto, é um assunto ainda pouco explorado na literatura e profícuo para pesquisas futuras.

Nos estudos anteriores predominam análises isoladas de aspectos qualitativos, físicos e financeiros das universidades. Dessa forma, são escassas as análises de avaliação da interferência do processo de expansão das universidades sobre os municípios contemplados com a instalação.

Quadro 1 - Síntese dos artigos publicados sobre o Reuni

Ano	Título do artigo	Autores	Revista	Qualis
2008	O Processo de Bolonha, a avaliação da educação superior e algumas considerações sobre a Universidade Nova.	LIMA, L. C.; AZEVEDO, M. L. N.; CATANI, A. M.	Avaliação (Campinas).	B2
2009	A representação do Reuni no debate do ensino superior enquanto direito.	SANTOS, B. L. P.	Educação em Revista.	B2
2009	Reuni: heteronomia e precarização da universidade e do trabalho docente.	LÉDA, D. B.; MANCEBO, D.	Educação & Realidade.	B2
2010	Reforma gerencial do Estado e rebatimentos no sistema educacional: um exame do Reuni.	ARAÚJO, M. A. D.; PINHEIRO, H. D.	Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação.	B1
2011	O Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais: o caso Reuni na Universidade Federal de Viçosa.	ROBERTO, R. F.	Revista Administração Pública e Gestão Social.	B1
2011	Aspectos da reestruturação das universidades federais por meio do Reuni: um estudo no estado de Santa Catarina.	COSTA, D. M.; COSTA, A. M.; AMANTE, C. J.; SILVA, C. H. P.	Revista Gestão Universitária na América Latina.	B2
2012	Programas de inclusão na UFMG: o efeito do bônus e do Reuni nos quatro primeiros anos de vigência – um estudo sobre acesso e permanência.	ARANHA, A. V. S.; PENA, C. S.; RIBEIRO, S. H. R.	Educação em Revista.	B2
2012	Democratização do Ensino Superior Brasileiro: O caso da Universidade Federal da Paraíba.	PRESTES, E. M. T.; JEZINE, E.; SCOCUGLIA, A. C.	Revista Lusófona de Educação.	B1
2012	Quando o Reuni aderiu à Universidade.	GREGÓRIO, J. R. B.; RODRIGUES, V. S.; MANCEBO, D.	Perspectiva.	A2
2012	Educação Superior no Brasil e as políticas de expansão de vagas do Reuni: avanços e controvérsias.	BORGES, M. C.; AQUINO, O. F.	Educação: Teoria e Prática.	B3
2013	A implantação do Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais/Reuni: um estudo de caso.	SILVA, R. L.; FREITAS, F. C. H. P.; LINS, M. T. G.	Revista Gestão Universitária na América Latina.	B2
2013	Políticas de educação superior no Brasil na primeira década do século XXI: alguns cenários e leituras.	LIMA, P. G.	Avaliação (Campinas).	B2
2013	Análise do Plano de Desenvolvimento Institucional das universidades federais do Consórcio Sul-Sudeste de Minas Gerais.	MIZAEI, G. A.; BOAS, A. A. V.; PEREIRA, J. R.; SANTOS, T. S.	Revista de Administração Pública.	A2

Ano	Título do artigo	Autores	Revista	Qualis
2013	Financiamento público e expansão da educação superior federal no Brasil: O Reuni e as perspectivas para o Reuni 2.	COSTA, D. M.; COSTA, A. M.; BARBOSA, F. V.	Revista Gestão Universitária na América Latina.	B2
2014	O Reuni na opinião dos gestores de uma universidade pública.	ARAUJO, C. B.; SANTOS, L. M. M.	Revista Psicologia & Sociedade.	B2
2014	O novo perfil do campus brasileiro: uma análise do perfil socioeconômico do estudante de graduação.	RISTOFF, D.	Avaliação (Campinas).	B2
2014	Política para a educação superior no governo Lula expansão e financiamento.	CARVALHO, C. H. A.	Revista do Instituto de Estudos Brasileiros.	A2
2014	Programa Reuni: uma abordagem sobre Permanência e Evasão na UFPel.	RAMOS, M. G. G.	Eventos Pedagógicos.	B1
2014	O impacto do Reuni na pós-graduação: o caso da Universidade Federal de Pelotas.	AFONSO, M. R.	Eventos Pedagógicos.	B1
2014	Programa Reuni nas Instituições de Ensino Superior Federal Brasileiras: Um estudo da eficiência operacional por meio da análise envoltória de dados de 2006 a 2012.	OLIVEIRA, A. Jr.; ALMEIDA, L. B.; CARNEIRO, T. C. J.; SCARPIN, J. E.	Race: Revista de Administração, Contabilidade e Economia.	B3
2015	A fundação da universidade tecnológica federal do Paraná no contexto de expansão da educação superior.	SILVA JUNIOR, J. R.; CZERNISZ, C. E. C. S.	Laplage em Revista.	B2
2015	Planejamento, implementação e avaliação do Reuni: Um estudo em universidades mineiras.	LUGÃO, R. G.; ABRANTES, L. A.; BRUNOZI JR.; A. C.	Estudo & Debate.	B4
2015	Políticas de expansão da educação superior no Brasil: 1995-2010.	MANCIBO, D.; VALE, A. A.; MARTINS, T. B.	Revista Brasileira de Educação.	B1
2015	Avaliação dos impactos sociais oriundos da interiorização da Universidade Federal do Ceará (UFC).	ANDRIOLA, W. B.; SULIANO, D. C.	Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos.	B2
2015	O Programa Reuni em foco: intensificação e precarização do trabalho docente.	PAULA, A. S. N.	Revista Espaço Acadêmico.	B3
2015	Políticas de expansão para o ensino superior no contexto do Reuni: a implementação do programa na UFRN.	SILVA, J. S.; CASTRO, A. M. D. A.	Holos.	B2
2015	Impacto do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais Brasileiras (Reuni) na atividade investigativa: crescimento, qualidade e internacionalização.	SOUZA, C.; FILIPPO, D.; CASADO, E.	Em Questão.	B2
2016	Os jovens das camadas populares na universidade pública: acesso e permanência.	NIEROTKA, R. L.; TREVISOL, J. V.	Revista Katálysis.	B1
2016	Políticas de ensino superior e a graduação em Terapia Ocupacional nas Instituições Federais de Ensino Superior no Brasil.	PAN, L. C.; LOPES, R. E.	Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional.	B3

Ano	Título do artigo	Autores	Revista	Qualis
2016	Reuni e Expansão Universitária na UFMG de 2008 a 2012.	LIMA, E. E.; MACHADO, L. R. S.	Educação & Realidade.	B2
2017	O ensino noturno na Universidade Federal da Bahia: percepções dos estudantes.	MARANHÃO, J. D.; VERAS, R. M.	Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação.	B1
2017	A avaliação da educação superior diante de uma colonialidade do saber e do poder: a participação política discente.	CAMPOS, D. A.	Avaliação (Campinas).	B2
2017	Políticas de democratização da educação superior brasileira: limites e desafios para a próxima década.	PAULA, M. F. C.	Avaliação (Campinas).	B2
2017	Reuni: expansão, segmentação e a determinação institucional do abandono. Estudo de caso na Unifal-MG.	CAÑAVERAL, I. C. P.; SÁ, T. A. O.	EccoS – Revista Científica.	B2
2017	Avaliação do processo de implementação de obras públicas em universidades federais: um estudo do Programa Reuni.	BITTENCOURT, M. F. N.; FERREIRA, P. A.; BRITO, M. J.	Revista Gestão Universitária na América Latina.	B2
2018	Impacto da criação das novas universidades federais sobre as economias locais.	NIQUITO, T. W.; RIBEIRO, F. G.; PORTUGAL, M. S.	Planejamento e Políticas públicas.	B4
2018	Expansão da educação superior, cursos de licenciatura e criação das novas universidades federais.	CAMARGO, A. M. M.; MEDEIROS, L. G. M.	Revista Educação em Questão.	A2
2018	Expansão da universidade pública e o seu impacto na economia local: microevidências da ampliação dos <i>campi</i> da UFF em Volta Redonda.	FERREIRA, A.; SANTOS, E. A.	Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional.	B1
2018	Evasão na educação superior e gestão institucional: o caso da Universidade Federal da Paraíba.	PRESTES, E. M. T.; FIALHO, M. G. D.	Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação.	B1
2018	A produção científica sobre a expansão da educação superior e seus desdobramentos a partir do Programa Reuni: tendências e lacunas.	MAGALHÃES, A. M. S.; REAL, G. C. M.	Avaliação (Campinas).	B2
2018	Reuni: política para a democratização da educação superior?	FAVATO, M. N.; RUIZ, M. J. F.	Revista Eletrônica de Educação.	B3
2018	O Reuni e seus reflexos na estrutura organizacional das instituições de ensino: uma análise da Universidade Federal de Pelotas.	DUQUIA, A. A.; RODRIGUES, M. S.	Revista Gestão Universitária na América Latina.	B2

Fonte: Dados da pesquisa (2019).

Estado da arte

O início das discussões sobre o Reuni partiu de Lima et al. (2008). Estes analisaram o Processo de Bolonha, enquanto uma política educacional supranacional comum aos estados-membros da União Europeia, para construir um espaço de educação superior. Para tal, verificaram as transformações na educação superior brasileira proporcionada pelo projeto da Universidade Nova e Reuni, que seguiram os parâmetros de Bolonha, com distintos matizes.

Posteriormente, Santos (2009) destacou as resistências à efetivação do Reuni e promoveu um diálogo teórico-crítico entre a representação do programa e os impactos na educação superior brasileira. Com isso, destacou que a associação de “justiça social” e “acesso ao ensino superior” não deixa claro a forma de participação da educação superior no combate às desigualdades.

Léda e Mancebo (2009) analisaram o Reuni, com base na retórica dos discursos e documentos oficiais que retomam o crescimento do ensino superior público em prol da justiça social. Constataram que o apelo ideológico do Reuni, sem um suficiente aporte de recursos, tende a comprometer a qualidade das atividades desempenhadas, tornar precário o trabalho docente e ampliar a heteronomia universitária.

Araújo e Pinheiro (2010) examinaram a articulação do Reuni com o novo padrão de intervenção do Estado instaurado pela Nova Gestão Pública. Para os autores, o Reuni foi uma resposta à crise do sistema, que introduziu novos arranjos organizacionais e mecanismos de gestão para alcançar maior eficiência no gasto público com a contratualização de resultados.

Prestes et al. (2012) discutiram o problema da democratização do acesso ao ensino superior no contexto de crise globalizada e da situação de indefinições no Brasil. Para isso, compararam a

expansão promovida pelo Reuni com a modificação do cenário de elitização desse ensino na Universidade Federal da Paraíba. Destarte, perceberam que as ações para incluir mais alunos no ensino superior poderiam fortalecer os ideais democráticos de crescimento e desenvolvimento econômico e social.

Costa et. al. (2011) analisaram os principais aspectos da reestruturação do Reuni na Universidade Federal de Santa Catarina e Universidade Federal da Fronteira Sul. Os autores constataram a efetividade da expansão por meio da ampliação do número de vagas a fim de oportunizar o acesso de classes economicamente desfavorecidas e iniciar uma possível democratização da educação superior no Brasil.

Com um enfoque local, Roberto (2011) analisou os dados do primeiro ano da implementação do Reuni, as diretrizes propostas e executadas para cumprir as suas metas na Universidade Federal de Viçosa (UFV). A autora destacou o planejamento do aumento de 42% das matrículas, entre 2007 e 2012, nos campi de Viçosa, Florestal e Rio Paranaíba. Nessa mesma linha, Aranha et al. (2012) analisaram o impacto da adoção do Programa de Bônus no processo de seleção da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) sob a perspectiva da inclusão racial, educação progressiva e por faixa de renda.

As reconfigurações das universidades federais compartilhadas entre o governo federal (MEC), reitores e setores administrativos foram estudados por Gregório et al. (2012). Estes verificaram as mudanças político-pedagógicas sob o contexto de inserção na contrarreforma da educação superior na Universidade Federal Fluminense (UFF). Os resultados indicaram que o Reuni cumpriu o papel de ampliar e legitimar o processo de reforma da educação superior.

As influências do neoliberalismo, as contradições da legislação e das reformas, após 1990, nas

políticas de expansão da educação superior foram discutidas por Borges e Aquino (2012). Os autores questionaram o uso do modelo da Universidade Nova na realidade brasileira, face à escassez de recursos para investimento, risco da expansão de vagas comprometerem a qualidade do ensino e sucatear a universidade pública. Identificaram o imprevisto de ações no Reuni para conseguirem a liberação de recursos condicionada ao cumprimento das metas.

Na vertente de participação social, Silva et al. (2013) analisaram os efeitos do Reuni sobre a Universidade Federal de Sergipe (UFS) na visão de seis gestores da alta administração. Na UFS conseguiram aumentar em 34,9% a oferta de vagas, 28,6% o número dos cursos de graduação e as matrículas cresceram 69,2%. O corpo docente elevou-se em 77,2%, dos quais 64% possuíam o título de doutor, que pode refletir na produção acadêmica e na captação de recursos pleiteados via convênios.

O trabalho de Costa et al. (2013) apresentou as ações de financiamento da expansão para a criação de novas universidades (Universidade Federal da Fronteira Sul) e reestruturação das existentes (Universidade Federal de Santa Catarina). O repasse de recursos ocorreu por financiamento público e os gestores ressaltaram a necessidade da continuidade do Reuni para garantir a sustentabilidade e o funcionamento das IFES.

Os gestores públicos buscaram garantir a eficácia e a eficiência organizacional pautadas no planejamento estratégico universitário do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), criado com o Decreto nº 5.773/2006. Mizael et al. (2013) analisaram os PDIs das sete IFES do Consórcio Sul-Sudeste de Minas Gerais a fim de avaliarem o plano sob a ótica burocrática de Segenreich (2005). Com isso, constataram que a quantificação das metas e descrição das ações,

recursos necessários, prazos e responsáveis pela implementação eram inconsistentes nos PDIs.

Lima Gomes (2013) contextualizou o processo de expansão do acesso à educação superior como parte da agenda de governo de Lula estabelecido no Plano de Desenvolvimento da Educação, discutiu como as ações contribuíram para atingir o objetivo da política em um contexto de divergências estruturais do sistema capitalista, instigando a reflexão sobre a construção de uma universidade democrática e universal.

Carvalho (2014) abordou a política educacional de expansão e financiamento da educação superior do governo Lula, descreveu a formulação e implementação de elementos da agenda governamental que propiciaram a expansão e o financiamento da oferta, combinados com os subsídios e bolsas concedidas aos estudantes. Os elementos compunham o Programa Universidade para Todos (Prouni) e Expansão Fase I, continuada pelo Reuni, e o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES). Tais ações visaram permitir o ingresso de camadas mais pobres da população e dar condições para a permanência dos alunos na educação superior.

Ramos (2014) investigou a configuração da evasão no contexto da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL). O Reuni foi insuficiente para garantir a permanência do aluno na universidade em prol da democratização efetiva do acesso. Afonso (2014) discutiu o impacto do Reuni na pós-graduação, entre 2008 e 2012. Para isso, destacou a nova configuração quanto a qualificação docente com a expansão e o fortalecimento da pesquisa favorecidos pelos novos admitidos com título de doutor e mestre vinculados à UFPEL, indicando a preocupação em fomentar a pós-graduação.

Pressupondo que a instalação de uma universidade ou campus interfere na dinâmica

municipal, Araújo e Santos (2014) investigaram a opinião de gestores da Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ) sobre os impactos produzidos na cidade após o Reuni. A UFSJ modificou sua estrutura física para criar novos cursos (41 para 61) e receber os alunos (3,2 mil para 12 mil) em 2012. A instituição participou do Programa Expandir e criou os campi em Alto Paraopeba (Ouro Branco), Centro-oeste Dona Lindu (Divinópolis) e Sete Lagoas.

Com uma abordagem teórico-empírica, Ristoff (2014) avaliou a alteração do perfil socioeconômico dos estudantes de graduação após o Prouni, Reuni, Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento das Instituições de Ensino Superior (Proies), Sistema de Seleção Unificada (Sisu), Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES), Lei das Cotas, PNAES, criação de novas universidades e novos campi, política de interiorização e a criação dos Institutos Federais de Educação. Os Institutos Federais superaram o ritmo das universidades na implementação das políticas e as universidades novas, as mais antigas. As metas previstas para 2016 foram cumpridas por 83% dos institutos e 34% das IFES.

A influência do Reuni sobre a eficiência operacional das IFES entre 2006 e 2012 foi estudada por Oliveira et al. (2014) com o uso da técnica de análise envoltória de dados. Os resultados indicaram que as IFES eram operacionalmente eficientes e apenas uma atingiu a eficiência máxima no período. O aumento dos recursos com o Reuni (2008-2012) não alterou a eficiência do período pré-Reuni (2006-2007).

Silva e Castro (2015) investigaram as estratégias de expansão do ensino superior na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) com o Reuni. Os resultados indicaram o alcance das metas pactuadas no contrato de gestão com o

MEC, sendo perceptível a expansão física e estrutural da instituição.

O impacto do Reuni na atividade investigativa das IFES sob as dimensões de crescimento, qualidade e internacionalização por meio das publicações científicas na Web of Science foi estudado por Souza et al. (2015). A produção científica do Brasil, entre 2003 e 2012, expandiu nas universidades federais, estimulado pela contratação de docentes doutores.

O processo de planejamento e implantação do Reuni em IFES de Minas Gerais foi avaliado por Lugão et al. (2015), que entrevistou os pró-reitores de quatro Instituições. Os resultados da expansão desviaram dos objetivos planejados devido ao curto tempo para planejamento e possíveis impactos negativos na qualidade do ensino.

Silva Júnior e Czernisz (2015) analisaram a Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR) no contexto de expansão da educação superior, questionando as principais mudanças e a atual configuração da instituição. Os resultados destacaram como principais alterações na UTFPR a pós-graduação, consolidada com o Reuni.

Andriola e Suliano (2015) analisaram os impactos da presença da Universidade Federal do Ceará (UFC) em municípios do interior do estado após o Reuni. Realizaram uma avaliação ex-post facto com 129 docentes e 503 discentes dos três campi avançados da UFC em Sobral, Quixadá e Região do Cariri (Juazeiro do Norte, Crato e Barbalha), e com 191 moradores locais. Os resultados indicaram maior dinamismo econômico local para o crescimento municipal, oportunidade da população se qualificar e geração empregos para os moradores locais.

Para Paula (2015), o Reuni operacionalizou parte do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) relacionado à expansão física e reestruturação

pedagógica com a duplicação das vagas no ensino superior. No entanto, o financiamento advindo do programa foi insuficiente para concretizar as transformações nas universidades, com sinais de precarização.

Mancebo et al. (2015) apresentaram as principais tendências da expansão da educação superior no Brasil, entre 1995 e 2010, em quatro eixos: o progressivo quadro de privatização, com o crescimento das instituições privado-mercantis e mercantilização de instituições públicas; a expansão promovida pelo governo federal com o Reuni; a tendência de expansão do ensino a distância; e o crescimento da pós-graduação com a redefinição de seus rumos.

Lima e Machado (2016) analisaram o nível de cumprimento das metas do Reuni alcançadas pela UFMG junto ao MEC, em 2012, e as mudanças provocadas no contexto institucional com a expansão universitária. Os resultados confirmaram o cumprimento parcial das propostas de novos cursos e expansão de vagas na UFMG, apesar das intercorrências e agravamento de situações críticas, que demandam a atenção da gestão universitária.

Pan e Lopes (2016) apresentaram um panorama dos cursos de graduação em terapia ocupacional nas IFES e contextualizaram a implantação do Reuni e do Programa Nacional de Reorientação da Formação Profissional em Saúde (Pró-Saúde). Observaram o impacto do Reuni no processo de expansão da graduação em terapia ocupacional para diversas regiões brasileiras.

Nierotka e Trevisol (2016) analisaram como as políticas do Reuni, Prouni e Lei de Cotas foram implementadas na Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS). A pesquisa revelou a mudança no perfil dos jovens ingressantes pelas políticas institucionais de acesso, como jovens,

mulheres, de baixa escolaridade e renda familiar até três salários mínimos.

O Reuni proporcionou o crescimento da Universidade Federal da Bahia (UFBA) no turno noturno, que passou de dois cursos noturnos para 33 com cerca de 9 mil estudantes neste turno, entre 2007 e 2013. Maranhão e Veras (2017) analisaram a percepção dos estudantes sobre o Ensino Superior noturno e constataram ser fragmentado e incompleto em detrimento da pesquisa e extensão, sendo a opção de ensino neste turno a única função da universidade. Além dos problemas estruturais do funcionamento noturno em relação ao acesso de serviços acadêmicos.

Campos (2017) discutiu a participação política dos estudantes nos espaços democráticos de duas universidades públicas (Brasil e Portugal) com o enfoque no colonialismo, colonialidade do poder e saber nas interações acadêmicas. O autor observou a ausência de formação política orientada aos alunos, que permaneceram despolitizados.

Em um estudo comparativo, Paula (2017) discutiu as políticas de democratização do acesso nas IFES implementadas no governo Lula: Reuni, Política de Cotas para o ingresso de estudantes de escolas públicas com vagas reservadas para setores de baixa renda e minorias étnicas, e Políticas de Assistência Estudantil. As políticas de acesso e assistência estudantil para o aumento das vagas e ingressantes não foram acompanhadas pela permanência destes. Com isso, as taxas de diplomação e conclusão na graduação decresceram nos últimos anos.

Cañaveral e Sá (2017) avaliaram como os determinantes institucionais (nota de corte e relação candidato/vaga) influenciaram na ocupação das vagas e segmentaram internamente as universidades. Para isso,

examinaram os evadidos de 2013 no campus-sede da Universidade Federal de Alfenas e identificaram os determinantes na causa do abandono. Este configurou-se na desistência de continuar um curso apenas por ter sido admitido, caracterizando um processo de inclusão não inclusiva, insuficiente e passageira.

Já Bittencourt et al. (2017) avaliaram as obras de infraestrutura do Reuni para identificar os principais fatores e condicionantes responsáveis pela conclusão, atraso ou paralisação no alcance das metas do programa. Os resultados mostraram que 78% das obras foram concluídas, a equipe técnica de engenharia e arquitetura aumentou e renovou, as metas de pactuação de vagas e cursos superaram o projetado com ampliação de 62,55% nos recursos de investimento. Contudo, muitas obras sofreram paralisações, revisões de projetos e aditivos de valor de modo que 40 universidades não concluíram alguma obra.

Prestes e Fialho (2018) verificaram os movimentos da evasão na educação superior da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) a fim de demonstrar as consequências econômicas e sociais para a gestão universitária, a instituição educativa e a sociedade. A análise abrangeu as taxas de evasão escolar dos cursos de graduação presencial da UFPB durante e após o Reuni. Na vigência do Reuni, a taxa anual de evasão ficou quase inalterada, em torno de 15%, que apresentou uma crescente elevação após o programa. Ademais, a quantidade de diplomados inferior ao número dos ingressantes resultou em perdas sociais, de desenvolvimento local e financeiro na ordem de R\$ 415 milhões.

Magalhães e Real (2018) mapearam a produção científica referente ao tema de políticas públicas de expansão da educação superior e seus desdobramentos com o Reuni na produção intelectual publicada no Brasil de 2007 a 2016. O mapeamento mostrou a tendência na

comunidade acadêmica de analisar o Reuni sob a ótica de avaliação política ou de análise da implementação e resultados iniciais. Inclusive, os estudos de impactos mais abrangentes e longitudinais do programa praticamente inexistem na literatura da área.

O estudo de Favato e Ruiz (2018) contextualizou a educação superior no Brasil entre 1988 e 2010 e analisou como o Reuni contribuiu para superar as marcas de exclusão e elitização da educação superior pública. Constataram que o Reuni representou avanços quantitativos na expansão das universidades ao ampliar o acesso de estudantes de várias regiões, cuja oportunidade de ingressar na rede federal de educação superior era nula.

Duquia e Rodrigues (2018) abordaram o Reuni nas mudanças da estrutura organizacional da UFPel, em 2008, relacionadas ao crescimento, distribuição do trabalho e poder. A universidade robusta e complexa preza pelo poder descentralizado entre os tomadores de decisão para maior agilidade e eficiência no processo.

Niquito et al. (2018) investigaram o efeito da criação de novas universidades federais no desenvolvimento das economias locais. Como resultados observaram a melhoria na renda domiciliar per capita das famílias e redução da taxa de fecundidade, com impactos sobre a renda domiciliar per capita média dos municípios, nível de escolaridade das pessoas adultas, taxa de fecundidade total e desigualdade de renda. No curto prazo, a escolha do município reflete nos negócios locais, receitas governamentais e famílias ao afetar a renda e gastos. No longo prazo, atingem o capital humano, conhecimento, atratividade para novos negócios e empreendimento.

Ferreira e Santos (2018) analisaram os impactos econômicos da ampliação/criação de dois campi da Universidade Federal Fluminense na cidade de

Volta Redonda (UFF-VR). Avaliaram os impactos gerados pelos alunos na economia da cidade, a massa salarial recebida pelos docentes e técnicos, e os gastos e investimentos realizados pela UFF-VR. O Reuni ampliou as vagas, interiorizou o ensino público federal e propiciou o aumento do conhecimento.

As repercussões das políticas da educação superior nas universidades públicas federais (criadas entre 2003 e 2014), especialmente sobre os cursos de licenciatura, foram verificadas por Camargo e Medeiros (2018). A construção de novas arquiteturas acadêmicas nos cursos de graduação sob a égide de uma nova cultura acadêmico-institucional não acompanhou a formação de professores no espaço universitário, que deveria ser a prioridade nas instituições. Diante ao exposto, os trabalhos publicados entre 2008 e 2012 discutiram as diretrizes e propostas do Reuni no âmbito das IFES ou algum curso específico. Após 2013, o foco das pesquisas se concentrou na avaliação de determinados aspectos do programa finalizado em 2012.

Vale destacar o interesse de quatro pesquisadores na avaliação dos resultados do Reuni na UFPel materializados em dois artigos publicados em 2014 e 2018 nas Revistas *Eventos Pedagógicos e Gestão Universitária na América Latina* (Gual), respectivamente. Os efeitos do Reuni sobre a expansão da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) foram analisados em dois artigos publicados na *Educação em Revista* (2012) e na *Revista Educação & Realidade* (2016). A Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e a Universidade Federal Fronteira Sul (UFFS) foram estudadas em três artigos publicados na *Revista Gual*, em 2011 e 2013, e na *Revista Katálysis*, em 2016.

A abordagem dos efeitos do Reuni sobre os municípios (quatro artigos) e a situação da concretização das obras (um artigo) foi pouco

explorada pela literatura, ou seja, denota uma promíscua área de estudo para a comunidade científica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho analisa como a expansão da educação superior promovida pelo Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni) tem sido abordada na produção científica nacional. O mapeamento realizado permitiu verificar a produção científica acerca do Reuni e identificar a tendência de análise do programa sob duas vertentes: avaliação da política pública ou análise da implementação. As publicações encontradas na literatura realizaram análises superficiais dos efeitos do Reuni sobre os municípios e regiões onde instalaram os novos campi e IFES. Destarte, as principais lacunas referem-se à ausência de estudos abrangentes e longitudinais sobre o programa.

A análise é importante e oportuna por tratar-se de uma política pública findada em 2012, cujos reflexos permanecem nas universidades e municípios. Deste modo, observou-se que a avaliação do programa, após sua conclusão, despertou o interesse de pesquisadores da área ao retomá-lo em sua agenda de pesquisa ao verificar o aumento do número de artigos publicados. A incipiência na análise das externalidades causadas pelo Reuni nos municípios contemplados com as universidades ou campus, por ser um assunto ainda pouco explorado na literatura, é profícuo para pesquisas futuras.

REFERÊNCIAS

- AFONSO, M. R. O impacto do Reuni na pós-graduação: o caso da Universidade Federal de Pelotas. *Eventos Pedagógicos*, v. 5, n. 3, p. 102-116, 2014.
- ANDRADE, E. C. Externalidades. In: ARVATE, Paulo Roberto; BIDERMAN, Ciro. *Economia do Setor Público no Brasil*. Rio de Janeiro: Elsevier/Campus, 2004.
- ANDRIOLA, W. B.; SULIANO, D. C. Avaliação dos impactos sociais oriundos da interiorização da Universidade Federal do Ceará (UFC). *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, v. 96, n. 243, p. 282-298, 2015.
- ARANHA, A. V. S.; PENA, C. S.; RIBEIRO, S. H. R. Programas de inclusão na UFMG: o efeito do bônus e do Reuni nos quatro primeiros anos de vigência – um estudo sobre acesso e permanência. *Educação em Revista*. Belo Horizonte, v. 28, n. 04, p. 317-345, dez. 2012.
- ARAÚJO, C. B.; SANTOS, L. M. M.. O Reuni na opinião dos gestores de uma universidade pública. *Revista Psicologia & Sociedade*, vol.26, n.3, pp.642-651. 2014.
- ARAÚJO, M. A. D.; PINHEIRO, H. D. Reforma gerencial do Estado e rebatimentos no sistema educacional: um exame do Reuni. *Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação*, v.18, n. 69, p.647-668, 2010.
- BITTENCOURT, M. F. N.; FERREIRA, P. A.; BRITO, M. J. Avaliação do processo de implementação de obras públicas em universidades federais: um estudo do Programa Reuni. *Revista Gestão Universitária na América Latina*, v.10, n. 1, p.79-102, 2017.
- BORGES, M. C.; AQUINO, O. F.. Educação Superior no Brasil e as políticas de expansão de vagas do Reuni: avanços e controvérsias. *Educação: Teoria e Prática*, v. 22, n. 39, p.117-138, 2012.
- BRASIL. Constituição de 1988. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.
- BRASIL. Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007. Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni). *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 25 abr. 2007.
- BRASIL. Ministério da Educação. Análise sobre a Expansão das Universidades Federais 2003 a 2012. Relatório da Comissão Constituída pela Portaria nº 126/2012. Brasília, DF: MEC, 2012.
- CAMARGO, A. M. M.; MEDEIROS, L. G. M. Expansão da educação superior, cursos de licenciatura e criação das novas universidades federais. *Revista Educação em Questão*, v. 56, n. 47, p. 244-274, abr. 2018.
- CAMPOS, D. A. A avaliação da educação superior diante de uma colonialidade do saber e do poder: a participação política discente. *Avaliação*, Campinas; Sorocaba, SP, v. 22, n. 1, p. 179-199, mar. 2017.
- CAÑAVERAL, I. C. P.; SÁ, T. A. O. Reuni: expansão, segmentação e a determinação institucional do abandono. Estudo de caso na Unifal-MG. *EccoS – Revista Científica*. São Paulo, n. 44, p. 93-115, set./dez, 2017.
- CARVALHO, C. H. A. Política para a educação superior no governo Lula expansão e financiamento. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, São Paulo, n. 58, p. 209-244, jun. 2014.
- CASTRO, S. O. C.; MARTIN, D. G.; SILVA, J. N.; ALMEIDA, F. M. O Reuni a partir de uma revisão sistemática da literatura. *Nucleus*, v.16, n.1, abr. 2019.
- COSTA, D. M.; COSTA, A. M.; AMANTE, C. J.; SILVA, C. H. P. Aspectos da reestruturação das universidades federais por meio do Reuni: um estudo no estado de Santa Catarina. *Revista Gestão Universitária na América Latina*, v. 4, n. 4, p. 01-24, 2011.
- COSTA, D. M.; COSTA, A. M.; BARBOSA, F. V. Financiamento público e expansão da educação superior federal no Brasil: O Reuni e as perspectivas para o Reuni 2. *Revista Gestão Universitária na América Latina*, v. 6, n. 1, p.106-127, 2013.

- DUQUIA, A. A.; RODRIGUES, M. S. O Reuni e seus reflexos na estrutura organizacional das instituições de ensino: uma análise da Universidade Federal de Pelotas. *Revista Gestão Universitária na América Latina*, v. 11, n. 3, p.188-210, 2018.
- FAVATO, M. N.; RUIZ, M.J. F. Reuni: política para a democratização da educação superior? *Revista Eletrônica de Educação*, v. 12, n. 2, p.448-463, 2018.
- FERREIRA, A.; SANTOS, E. A. Expansão da universidade pública e o seu impacto na economia local: micro evidências da ampliação dos campi da UFF em Volta Redonda. *Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional*, v. 14, n. 1, p. 86-109, jan-abr. 2018.
- FERREIRA, N. S. A. As pesquisas denominadas "estado da arte". *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 23, n. 79, p. 257-272, ago. 2002.
- FERREIRA, N. S. A. Pesquisa em leitura: Um estudo dos resumos de dissertações de mestrado e teses de doutorado defendidas no Brasil, de 1980 a 1995. Tese de doutorado, Faculdade de Educação da UNICAMP. Campinas, 1999.
- GREGÓRIO, J. R. B.; RODRIGUES, V. S.; MANCEBO, D. Quando o Reuni aderiu à Universidade. *Perspectiva*, v. 30, n. 3, p. 987-1009, 2012.
- LÉDA, D. B.; MANCEBO, D. Reuni: heteronomia e precarização da universidade e do trabalho docente. *Educação & Realidade*, v. 34, n. 1, 2009.
- LIMA, E. E.; MACHADO, L. R. S. Reuni e Expansão Universitária na UFMG de 2008 a 2012. *Educação & Realidade*, v. 41, n. 2, p. 383-406, 2016.
- LIMA, L. C.; AZEVEDO, M. L. N.; CATANI, A. M. O Processo de Bolonha, a avaliação da educação superior e algumas considerações sobre a Universidade Nova. *Avaliação*, Campinas; Sorocaba, SP, v. 13, n. 1, p. 7-36, mar. 2008.
- LIMA, P. G. Políticas de educação superior no Brasil na primeira década do século XXI: alguns cenários e leituras. *Avaliação*, Campinas; Sorocaba, SP, v. 18, n. 1, p. 85-105, mar. 2013.
- LUGÃO, R. G.; ABRANTES, L. A.; BRUNOZI JR.; A. C. Planejamento, implementação e avaliação do Reuni: Um estudo em universidades mineiras. *Estudo & Debate*, Lajeado, v. 22, n. 1, p. 78-96, 2015.
- MAGALHÃES, A. M. S.; REAL, G. C. M. A produção científica sobre a expansão da educação superior e seus desdobramentos a partir do Programa Reuni: tendências e lacunas. *Avaliação*, Campinas; Sorocaba, SP, v. 23, n. 02, p. 467-489, jul. 2018.
- MANCEBO, D.; VALE, A. A.; MARTINS, T. B. Políticas de expansão da educação superior no Brasil: 1995-2010. *Revista Brasileira de Educação*, v. 20, n. 60, jan-mar. 2015.
- MARANHÃO, J. D.; VERAS, R. M. O ensino noturno na Universidade Federal da Bahia: percepções dos estudantes. *Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação*, Rio de Janeiro, v.25, n. 96, p. 553-584, jul.-set. 2017.
- MIZIAEL, G. A.; BOAS, A. A. V.; PEREIRA, J. R.; SANTOS, T. S. Análise do Plano de Desenvolvimento Institucional das universidades federais do Consórcio Sul-Sudeste de Minas Gerais. *Revista de Administração Pública - Rio de Janeiro*, v. 47, n. 5, p. 145-164, 2013.
- NIEROTKA, R. L.; TREVISOL, J. V. Os jovens das camadas populares na universidade pública: acesso e permanência. *Revista Katálysis*, Florianópolis, v. 19, n. 1, p. 22-32, jan.-jun. 2016.
- NIQUITO, T. W.; RIBEIRO, F. G.; PORTUGAL, M. S. Impacto da criação das novas universidades federais sobre as economias locais. *Planejamento e Políticas Públicas*, n. 51, 2018.
- OLIVEIRA, A. Jr.; ALMEIDA, L. B.; CARNEIRO, T. C. J.; SCARPIN, J. E. Programa Reuni nas Instituições de Ensino Superior Federal (IFES) brasileiras: Um estudo da eficiência operacional por meio da análise envoltória de dados (DEA) no período de 2006 a 2012. *Race: Revista de Administração, Contabilidade e Economia*, v.13, n. 3, p. 1179-1210, 2014.
- PAN, L. C.; LOPES, R. E. Políticas de ensino superior e a graduação em Terapia Ocupacional nas Instituições Federais de Ensino Superior no Brasil. *Cadernos Brasileiros de Terapia*

Ocupacional, São Carlos, v. 24, n. 3, p. 457-468, 2016.

PAULA, A. S. N. O Programa Reuni em foco: intensificação e precarização do trabalho docente. *Revista Espaço Acadêmico*, v. 15, n. 170, p. 99-106, 2015.

PAULA, M. F. C. Políticas de democratização da educação superior brasileira: limites e desafios para a próxima década. *Avaliação*, Campinas; Sorocaba, SP, v. 22, n. 2, p. 301-315, jul. 2017.

PRESTES, E. M. T.; FIALHO, M. G. D. Evasão na educação superior e gestão institucional: o caso da Universidade Federal da Paraíba. *Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação*, Rio de Janeiro, v.26, n.100, p. 869-889, jul.-set. 2018.

PRESTES, E. M. T.; JEZINE, E.; SCOCUGLIA, A. C. Democratização do Ensino Superior Brasileiro: O caso da Universidade Federal da Paraíba. *Revista Lusófona de Educação*, v. 21, p. 199-218, 2012.

RAMOS, M. G. G. Programa Reuni: uma abordagem sobre Permanência e Evasão na UFPel. *Eventos Pedagógicos*, v. 5, n. 3, p.83-101, 2014.

RISTOFF, D. O novo perfil do campus brasileiro: uma análise do perfil socioeconômico do estudante de graduação. *Avaliação*, Campinas; Sorocaba, SP, v. 19, n. 3, p. 723-747, nov. 2014.

ROBERTO, R. F. O Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais: o caso Reuni na Universidade Federal de Viçosa. *Revista Administração Pública e Gestão Social*, APGS, Viçosa, vol. 3, n.3, pp. 300-323, jul./set. 2011.

SANTOS, B. L. P. dos. A representação do REUNI no debate do ensino superior enquanto direito. *Educação em Revista*, Marília, v.10, n.1, p.29-44, jan.-jun. 2009.

SALES, E. C. S. S.; FERREIRA, V. R. S.; ROSIM, D.; COSTA, S. H. B. O Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni): Uma análise de seu processo de avaliação. In: *XLI Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração*. São Paulo, Out., 2017.

SILVA, J. S.; CASTRO, A. M. D. A. Políticas de expansão para o ensino superior no contexto do Reuni: a implementação do programa na UFRN. *Holos*, v. 6, p.206-224, 2015.

SILVA JUNIOR, J. R.; CZERNISZ, C. E. C. S. A fundação da universidade tecnológica federal do Paraná no contexto de expansão da educação superior. *Laplage em Revista*, Sorocaba, v. 1, n. 2, p. 80-92, mai.- ago. 2015.

SILVA, R. C.; NUNES, R. S.; MALLMANN, A. A. G.. O REUNI na Universidade Federal do Rio Grande: uma avaliação da expansão dos cursos de graduação. In: *XI Colóquio sobre Gestão Universitária na América do Sul*. Florianópolis: UFSC, 2011.

SILVA, R. L.; FREITAS, F. C. H. P.; LINS, M. T. G.. A implantação do Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais/REUNI: um estudo de caso. *Revista Gestão Universitária na América Latina - GUAL*, Florianópolis, p. 147-170, dez. 2013.

SOUZA, C.; FILIPPO, D.; CASADO, E. Impacto do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais Brasileiras (REUNI) na atividade investigativa: crescimento, qualidade e internacionalização. *Em Questão*, v. 21, n. 3, p. 336-367, 2015.